

02/02/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 89.339 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. CEZAR PELUSO**
PACTE.(S) : **GUSTAVO CHALELLA**
IMPTE.(S) : **MATHEUS JOSÉ THEODORO E OUTRO(A/S)**
COATOR(A/S)(ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EMENTAS: 1. AÇÃO PENAL. Habeas Corpus. Data da sessão. Intimação do patrono. Desnecessidade. Ausência de requerimento de sustentação oral. Julgamento realizado sem comunicação prévia. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Súmula nº 431.

O julgamento de *habeas corpus* independe de pauta ou qualquer tipo de comunicação, cumprindo ao impetrante acompanhar a colocação do processo em mesa para julgamento, se deixa de requerer intimação ou ciência prévia para expor oralmente as razões da impetração.

2. AÇÃO PENAL. Processo penal. Estupro e atentado violento ao pudor. Representação. Ação penal pública condicionada. Legitimidade do Ministério Público. Alegação de falsidade da declaração de pobreza da vítima. Questão fática dependente de dilação probatória. Ordem denegada.

A prova de miserabilidade requerida pela antiga redação do art. 225, § 1º, I, do Código Penal, é satisfeita pela declaração de pobreza firmada pela vítima ou por seus representantes legais. A validade da declaração cede apenas à prova de falsidade, o que demanda dilação probatória inviável em *habeas corpus*.

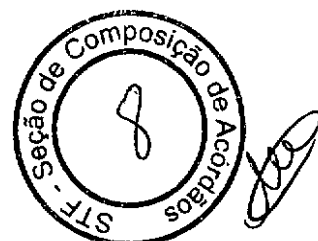
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro CEZAR PELUSO, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro CELSO DE MELLO.

Brasília, 02 de fevereiro de 2010.



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator



02/02/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 89.339 SÃO PAULO

RELATOR	:	MIN. CEZAR PELUSO
PACTE.(S)	:	GUSTAVO CHALELLA
IMPTE.(S)	:	MATHEUS JOSÉ THEODORO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	:	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): 1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUSTAVO CHALELLA, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que lhe denegou a ordem requerida no **HC nº 50.275**.

O paciente foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 213, c/c art. 224, "c", e art. 29, todos do Código Penal.

A vítima do crime dirigiu-se à delegacia de polícia, onde noticiou a prática do fato e firmou termo de declaração de pobreza, sendo instaurado, em seguida, inquérito policial. Assim, conforme dispunha o art. 225, § 1º, inc. I, do Código Penal, na redação vigente à época, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o ora paciente.

Sustentando ilegitimidade do Ministério Público para dar início à persecução criminal, a defesa impetrou *habeas corpus* junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pretendendo desconstituir o termo de declaração de pobreza e, conseqüentemente, obter o trancamento da ação penal. A ordem foi denegada.



HC 89.339 / SP

A defesa ingressou, então, com pedido de *writ* perante o Superior Tribunal de Justiça, lá registrado como **HC nº 50.275**. O pedido foi indeferido, nos termos da ementa:

“CRIMINAL. HC. ESTUPRO QUALIFICADO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL PÚBLICA. MISERABILIDADE DA VÍTIMA. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO. ALEGADA CAPACIDADE DA VÍTIMA E DE SEUS GENITORES DE ARCAREM COM O ÔNUS PROCESSUAL. RAZÕES QUE NÃO INFIRMAM A DECLARAÇÃO DE POBREZA ACOSTADA AOS AUTOS. ORDEM DENEGADA.

I. A inexistência de bens no nome do genitor e o fato de a vítima ter anteriormente passado temporada no exterior não infirmam, no entanto, a declaração de pobreza acostada aos autos, legitimando a atuação do Ministério Público.

II. O acórdão prolatado pelo Tribunal de origem assevera que a vítima possui mais de 18 anos e está desempregada, logo, impossibilitada de arcar com as despesas processuais.

III. Ordem denegada.” (fl. 22)

Alega, aqui, o impetrante, cerceamento de defesa por parte do Superior Tribunal de Justiça, que não designou dia e hora para julgamento. Tal circunstância impediu que a defesa pudesse sustentar oralmente as razões do *habeas corpus*.

Aduz, ainda, que a vítima não é pobre na acepção jurídica do termo, porquanto o seu genitor possui oito imóveis. Assim, nos termos do art. 225, *caput*, do Código Penal, somente se procede mediante queixa, e, pois, é nula a denúncia oferecida pelo Ministério Público. Argúi, por fim, a decadência do direito de queixa.

A liminar foi indeferida (fls. 51-52).

HC 89.339 / SP

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 54-55).

É o relatório.

HC 89.339 / SP**V O T O**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - (Relator): 1. Não assiste razão ao impetrante.

Alega, inicialmente, cerceamento de defesa por falta de designação de dia e hora para o julgamento, o que impediu a sustentação oral.

É certo que esta Corte tem reconhecido que a ausência de intimação para proferir sustentação oral é causa de nulidade (**HC nº 91.743**, Rel. Min. **CEZAR PELUSO**, DJe 25/04/2008). Mas não é o caso dos autos. Conquanto o impetrante afirme não ter sido intimado da pauta da sessão de julgamento do *habeas corpus* ora impugnado, nulidade haveria se tivesse requerido ao Tribunal oportunidade sustentar oralmente as razões do pedido.

Como a defesa não o fez, incumbia-lhe acompanhar a colocação do processo em mesa para julgamento, em razão da urgência que caracteriza o *writ*. Outra não é a posição deste Tribunal:

“Não há falar em cerceamento de defesa, dado que o julgamento de **habeas corpus** independe de pauta ou de qualquer tipo de comunicação, cumprindo ao advogado acompanhar a colocação do processo em mesa para julgamento (Súmula 431 – STF)” (**HC nº 85.845**, Rel. Min. **CARLOS VELLOSO**, RTJ 196/310).

2. No que se refere à incompetência do Ministério Público para dar início à persecução criminal, melhor sorte não assiste ao impetrante.

A declaração de incompetência do órgão ministerial depende da análise do termo de declaração de pobreza da vítima, o qual se busca infirmar.

HC 89.339 / SP

A jurisprudência desta Corte é pacífica no reconhecer a inexigibilidade da prova material de miserabilidade judicial da vítima, em se tratando de ação penal pública condicionada à representação nos crimes contra os costumes. Nesses casos, é suficiente a mera declaração de pobreza da vítima ou de seu representante legal:

“EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR. AÇÃO PENAL PÚBLICA CONDICIONADA. REPRESENTAÇÃO. PROVA DE MISERABILIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. IMPOSSIBILIDADE. 1. Nos crimes contra os costumes, a ação penal é privada (CP, art. 225). Entretanto, ela pode transformar-se em ação pública, quando o crime for cometido com abuso do pátrio poder, ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador (CP, art. 225, § 1º, II). Ou em pública condicionada, quando a vítima ou seus pais não puderem prover as despesas do processo, sem prejuízo da manutenção própria ou da família (CP, art. 225, § 2º). Nessa última hipótese, é necessário a representação. No caso, a Reclamação oferecida pelo pai da ofendida atende aos requisitos da representação a que se refere o CP, art. 225, § 2º. A prova de miserabilidade que está na declaração de pobreza firmada pelo pai da ofendida é suficiente e tempestiva, pois feita antes do oferecimento da denúncia. Legitimidade do Ministério Público para oferecer denúncia por se tratar de ação penal pública condicionada. 2. Atentado violento ao pudor é considerado crime hediondo. O Tribunal já decidiu que a pena deve ser cumprida em regime integralmente fechado. Impossibilidade de concessão da progressão de regime. HABEAS CORPUS indeferido” (**HC nº 81.343**, Rel. Min. **NELSON JOBIM**, RTJ 183/1038. No mesmo sentido, **HC nº 83.615**, Rel. Min. **GILMAR MENDES**, LEXSTF, v. 27, n. 313, 2005, pp. 427-431; **HC nº 86.122**, Rel. Min. **EROS GRAU**, LEXSTF, v. 28, n. 328, 2006, pp. 462-464).

Frise-se, ainda, que a declaração da vítima, não obstante firmada perante autoridade policial, goza de plena validade. Desconstituí-la, aqui, como quer o impetrante, demandaria estima da real situação econômica da

HC 89.339 / SP

declarante segundo os documentos dos autos e, evidentemente, a colheita eventual de mais provas.

No caso, sustenta a defesa que o pai da vítima possui 8 (oito) imóveis, o que, por si só, demonstraria a falsidade e a carência de efeitos da declaração de pobreza. Mas a alegação demanda prova.

Ora, a estreita via do *habeas corpus* não admite dilação probatória, nem o revolvimento de matéria fática, que, como se sabe, quadra à fase de instrução criminal (HC nº 69.958, Rel. Min. **CELSO DE MELLO**, DJ 10/08/2006). Inviável fazê-lo na via eleita..

3. Ante o exposto, **denego a ordem.**



Ministro **CEZAR PELUSO**
Relator

SEGUNDA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 89.339**

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

PACTE.(S) : GUSTAVO CHALELLA

IMPTE.(S) : MATHEUS JOSÉ THEODORO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: Denegada a ordem. Votação unânime. Ausente, licenciado, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 02.02.2010.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Ellen Gracie, Joaquim Barbosa e Eros Grau. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador